



159  
h

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS.**

**4ª Câmara Cível**

**Agravo na Apelação nº 314305-5**

**Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco**

**Agravado: ALDIR XAVIER DE LIMA**

**Des. Relator: Tenório dos Santos**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. INDEVIDO CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MANTIDA INDISCREPANTEMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Se houve indevido corte de energia elétrica, deve o consumidor ser ressarcido pelos danos morais suportados. Danos morais fixados de forma razoável, sem que tenha se mostrado insuficiente ou abusivo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo nº 314305-5, em que é agravante a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE e agravado Aldir Xavier de Lima, acordam os Desembargadores da 4ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas

taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado,  
por unanimidade, negar provimento ao agravo legal.

160  
N

Recife, 29 de 05 de 2014.



Tenório dos Santos.

Des. Relator.



161  
M

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. TENÓRIO DOS SANTOS.**

**4ª Câmara Cível**

**Agravo na Apelação nº 314305-5**

**Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco**

**Agravado: ALDIR XAVIER DE LIMA**

**Des. Relator: Tenório dos Santos**

**RELATÓRIO E VOTO:**

Insurgindo-se contra decisão desta Relatoria, que houve por bem em segar seguimento recurso de apelação, com a manutenção da decisão do Juízo "a quo", a Agravante interpôs este agravo sob exame, no sentido de tentar obter a manifestação do órgão fracionário que integro, sobre a "questão".

Ora, tendo o Agravo Legal a missão precípua da integração do pensamento do Tribunal sempre que um dos seus membros pratique, em nome do "Colégio", ato a cujo respeito pensa ou possa ter a parte fundadas razões para acreditar que a Corte não o endossaria, manejou este Agravo, com esta dupla finalidade.

Bem a propósito, a decisão agravada tem o seguinte teor:

**Como relatório, adoto o da sentença de fls.60/61 dos autos, acrescentando que o Juiz "a quo" julgou procedente o pedido inicial, condenando a apelante a pagar ao recorrido, a título de danos morais, o valor de R\$ 5.000,00**

(cinco mil reais), além das custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação.

Em suas razões de inconformismo, resumidamente, sustenta a apelante que o corte no fornecimento de energia elétrica foi legítimo, ocorreu por culpa exclusiva do recorrido, vez que somente quitou a fatura vencida em 11/07/2012 quase um mês após o vencimento, em 07/08/2012.

Prossegue dizendo que o pagamento da fatura necessita de prazo mínimo para processamento pelo agente arrecadador, que somente repassou as informações referentes ao adimplemento no mesmo dia da geração da ordem de corte, sem prazo suficiente para que houvesse contra ordem por parte da CELPE.

Desse modo, alegando que não praticou nenhum ato ilícito, capaz de autorizar a condenação em danos morais, roga pelo provimento do recurso de apelação, com a total improcedência do pedido inicial.

Contrarrazões às fls.96/104, pugnando pela manutenção da decisão açoitada.

Com a decisão de fls.113/115, monocraticamente, neguei seguimento ao recurso, ante a sua intempestividade.

Insatisfeita, a CELPE manejou recurso de agravo (fls.118/127), dizendo que o apelo é tempestivo, rogando pela reforma da decisão, para ver prosseguir o recurso.



163  
1

Examinando o referido agravo, revoguei a decisão terminativa, admitindo o recurso de apelação para processamento regular (fls.133/134).

No que interessa, é o relatório.

Diante da simplicidade da questão em debate e dos elementos de convicção inequívocos, passo ao julgamento monocrático consoante o permissivo do Art. 557, do Código de Processo Civil.

Após o devido exame dos autos, tenho que não carece de reparo a decisão guerreada, que bem apreendeu os aspectos fáticos e jurídicos da causa e lhe deu adequada solução.

A sentença recorrida julgou procedente o pedido inicial, ao argumento de que o corte de energia elétrica da unidade consumidora do recorrido foi ilícito, ensejando responsabilidade civil da empresa demandada.

Segundo inteligência dos Arts. 186 e 927 do Código Civil, aquele que praticar ato ilícito, por ação ou omissão, em descompasso com o ordenamento jurídico, tem obrigação de indenizar a pessoa lesada.

Pelo que se depreende dos autos, a CELPE foi negligente, mormente quando interrompeu o fornecimento de energia elétrica da unidade ocupada pelo recorrido, não obstante a inexistência de débito.



164  
M

Em espécie, não obstante o atraso no pagamento da fatura de energia elétrica restou evidenciado nos autos que o corte no seu fornecimento foi procedido após 03 (três) dias do regular pagamento da fatura.

Vê-se, também, que não ocorreu o reaviso de corte com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, conforme Resolução 456/2000 da ANEEL.

Como bem destacou o Juízo "a quo": "...A data de apresentação da fatura onde consta o reaviso de débito é de 03/08/2012 (fl.39), tendo sido realizado o corte passados apenas 7 (sete) dias do recebimento de tal fatura pelo autor..."

Frise-se, por oportuno, que o serviço de energia elétrica é serviço público essencial, subordinado ao princípio da continuidade, conforme enunciado no art. 22, caput, do CDC.

Assim, é inegável que a conduta da CELPE, por si só, é motivo para responsabiliza-la pelos danos sofridos pelo recorrido. Trata-se de dano moral puro, que prescinde de prova e resulta da simples conduta desidiosa e gravosa do agente ofensor, sendo presumido os prejuízos alegados pela recorrida (Art. 14 caput do CDC)

Sobre a matéria, a jurisprudência:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR ATOS ILÍCITOS - DÉBITO ORIUNDO DE SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO - INSPEÇÃO

165  
M

UNILATERAL - VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ABUSIVIDADE RECONHECIDA - CORTE INEVIDO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 013/TJPE, E DA RESOLUÇÃO DA ANEEL Nº 456/2000, ARTIGO 72, INCISO II - MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO ANTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CAUSA - DECISÃO DE 1º GRAU MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À APELAÇÃO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação nº 0002576-60.2005.8.17.0480 (211739-7. Relator: Des. José Carlos Patriota Malta. 6ª Câmara Cível. TJPE. Data Publicação: 22/7/2010 09:00:00)

DIREITO DO CONSUMIDOR. INDEVIDA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO MORAL. VERBA INDENIZATÓRIA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUZIDOS. Suspensão indevida dos serviços de energia elétrica à autora. Conduta ilícita da concessionária devidamente comprovada. Danos morais configurados. Verba indenizatória corretamente fixada. Redução do percentual relativo aos honorários sucumbenciais. Apelo parcialmente provido, na forma do § 1º - A, do artigo 557, Código de Processo Civil. (38418286201081900001 RJ 0384182-86.2010.8.19.0001. Relator: Des. Denise Levy Tredler, Data de Julgamento: 08/02/2012. Décima nova Câmara Cível, Data de Publicação: 17/02/2012)

RESPONSABILIDADE CIVIL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTES NÃO COMPROVADAS. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. A indevida suspensão do fornecimento de energia elétrica na residência da autora, por 28 horas, sem qualquer justificativa, acarreta dano moral indenizável. Trata-se do chamado dano moral in re ipsa. Manutenção do montante indenizatório, considerando o equívoco da ré, o aborrecimento e o tratamento sofrido pelo demandante e o caráter punitivo-compensatório da reparação. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível nº 70046973673 RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Data de Julgamento: 29/03/2012, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: 18/04/2012)

No que tange a fixação do valor do dano moral deve-se orientar pelo princípio da razoabilidade. Assim, não se deve fixar um valor a permitir enriquecimento ilícito, como

também não se pode aceitar um valor que não represente uma sanção efetiva ao ofensor.

Em espécie, entendo que o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) fixados na sentença guerreada obedece ao referido princípio, estando em sintonia com a orientação dos Tribunais em casos parelhos, não merecendo corrigenda.

Bem a propósito, sobre a matéria, destaco o seguinte julgado deste Egrégio TJPE:

"CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - CONDENAÇÃO - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - APELO IMPROVIDO - Na esteira do que dispõe a Súmula nº 13 do TJPE, a suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia elétrica. Eventual irregularidade deve ser averiguada em ação própria, não se podendo presumir através de inspeção técnica realizada unilateralmente pelo órgão responsável. Indenização por danos morais fixada em 5.000,00 (cinco mil reais)". (Apelação Cível nº 175473-6 - TJPE - Quinta Câmara Cível - Rel. Jovaldo Nunes Gomes - Rel. do acórdão Leopoldo de Arruda Raposo - DJ. 15.10.2008)

No mesmo sentido, Apelação Cível nº 192317-7, 5ª Câmara Cível, j. em 14/4/2010; Apelação Cível nº 110754-8, 2ª Câmara Cível, j. em 15/3/2010; Apelação Cível nº 169685-9, 4ª Câmara Cível, j. em 21/5/2009.

Assim, considerando os princípios e os precedentes jurisprudenciais acima mencionados, tenho por adequado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) fixado como reparação pelos danos morais, não carecendo de reparo a sentença fustigada.



167  
M

Posto isso, obedecendo ao princípio da razoabilidade, em face da circunstância dos fatos, a sua repercussão, a culpa e a capacidade do ofensor, de plano, com fulcro no art. 557, do CPC, nego seguimento ao recurso de apelação, com a manutenção da decisão hostilizada.

Publique-se.

Escoado o prazo de defesa, baixem os autos ao Juízo de Origem.

É o que tinha para relatar.

Com o presente Agravo, pretende a Agravante que usando da faculdade de retratação, esta Relatoria reforme a decisão hostilizada, para ver prosseguir o seu recurso de apelação, com a improcedência do pedido inicial e/ou reduzido o *quantum* indenizatório para um valor mais consentâneo.

O presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão terminativa proferida monocraticamente.

Restou evidenciado nos autos que a agravante foi negligente, mormente quando interrompeu o fornecimento de energia elétrica da unidade ocupada pela agravado, não obstante a inexistência de débito. Trata-se de dano moral puro, que prescinde de prova e resulta da simples conduta desidiosa e gravosa do agente ofensor, sendo presumidos os prejuízos alegados pelo agravante.

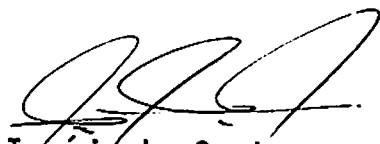
Com relação à fixação dos danos morais (R\$ 5.000,00), vê-se que esta em sintonia com a orientação desse Egrégio TJPE em casos parelhos.

Entendo, pois, não ser o caso de retratação e, por isso, apresento o feito em mesa de julgamento.

Desse modo, mantendo a decisão guerreada, ora atacada, VOTO no sentido de negar provimento ao presente agravo, dito legal.

É como voto.

Recife, 29 de 05 de 2014



Tenório dos Santos

Des. Relator